



3

CARLOTA BOTO

Nova História e seus velhos dilemas

“Mas qual o significado desse fim da história, do qual alguns fazem tudo depender? Supõe-se uma certa fronteira a partir da qual a humanidade cessa enfim de ser um insano tumulto e retorna à imobilidade da natureza. Tal idéia de uma purificação absoluta da história, de um regime sem inércia, sem acaso e sem riscos, é o reflexo invertido de nossa angústia e de nossa solidão”
(Merleau-Ponty).

I. ENTRE O VELHO E O NOVO

A reflexão sobre as tendências historiográficas de seu tempo é, por princípio, dever de ofício do investigador da área de História; até como exercício de compreensão de si próprio enquanto sujeito da enunciação de um dado passado que pretende narrar. O debate acerca da “Nova História” situa-se, pois, como uma necessária interlocução metodológica; diálogo este cujo objeto remete-se ao repertório da escrita historiográfica e às estratégias de sua produção. Pelo curso dos *Annales*, Febvre assumia o fato, talvez até ali implícito, de que

CARLOTA BOTO
é doutoranda do
Departamento de
História da
FFLCH-USP.

GEORGES DUBY,
NA OUTRA PÁGINA

“toda história é escolha. É-o até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do homem. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou se quiser recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado como um trapeiro à busca de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar” (1).

Ao lidar com os vestígios de que dispõe, contra o que Febvre denominou “estragos do esquecimento” (2), o historiador interage com questões intelectuais a serem resolvidas no decurso da pesquisa, hipóteses a propósito do enigma que pretende decifrar.

Pensar o homem no tempo conduz-nos à inevitável intriga pela origem; daí a disposição de rastrear os sinais que permitam tornar inteligível a reconstituição, pela teoria, de práticas que já se foram. Se a pretensão de “resgatar” a verdade revela-se, no mínimo, uma ingênua ilusão, perscrutar outro tempo é atividade que tem por pressuposto o alerta de Marc Bloch:

“Qualquer que seja o voto secreto de seu coração, o bom juiz interroga as testemunhas com a única preocupação de conhecer os fatos, tal como se passaram. É essa (...) uma obrigação de consciência que não tem discussão” (3).

O trabalho historiográfico situa-se invariavelmente na confluência entre o tempo do objeto investigado e o tempo do sujeito investigador. Reconhecer esse olhar datado leva-nos a buscar compreender os condicionamentos e obstáculos que, pela ameaça do anacronismo, podem vir a comprometer o rigor da pesquisa. Por outro lado, compreender o que uma época perguntou a respeito da outra conduz à possibilidade de maior familiaridade com ambas. O século XIX, por exemplo, tendencialmente pensou a história perante critérios evolucionistas - e mesmo deterministas - calcados na aparência fugaz de um sentido único, por imanência condutor dos fatos. Por outro lado, neste final de século XX, o vetor predominante problematiza a história perante sentidos

vários, muitas vezes sequer entrelaçados entre si. Nesse deslocamento teórico e metodológico, chega a haver uma reinvenção do objeto; por ela teríamos pistas para abordar o universo simbólico dos séculos XIX e XX em suas particularidades. Pois, como bem examinou De Certeau,

“o historiador está numa posição instável. Se dá prioridade a um resultado objetivo, se visa a colocar no seu discurso a realidade de uma sociedade passada e a reviver um desaparecido, ele reconhece, entretanto, nessa reconstituição, a ordem e o efeito de seu próprio trabalho. O discurso destinado a dizer o outro permanece seu discurso e o espelho de sua operação. Inversamente, quando ele retorna às suas práticas e lhes examina os postulados para renová-las, o historiador descobre nelas imposições que se originaram bem antes do seu presente e que remontam a organizações anteriores, das quais seu trabalho é o sintoma e não a fonte” (4).

O referencial analítico supõe, assim, opções preliminares, historicamente circunscritas. Tal pressuposto demanda, porém, determinadas estratégias de pesquisa, imprescindíveis enquanto vasos de comunicação entre a época que diz e a época do que é dito. A história da Nova História não deixa de ter, também ela, sua própria ambivalência temporal. Para apreender seus enunciados, há que se identificar seu percurso. Nesse sentido buscaríamos recordar o tom do relato que, de Cambridge, narra Paris.

II. QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: PETER BURKE E OS ANNALES

Em seu trabalho *A Escola dos Annales 1929-1989* (5), Peter Burke discorre sobre o tema que, no original, intitula “*french historical revolution*”. Pressupondo, assim, a matriz francesa de tal tendência historiográfica, o autor busca fugir à generalização, pontuando algumas etapas que delineiam os diversos caminhos que o movimento dos *Annales* trilhou desde os fundadores. No parecer de Burke, os estereótipos usualmente utilizados para tratar do tema levariam à perda das dissonâncias entre os

1 Lucien Febvre, “De 1892 a 1933: Exame de Consciência de uma História e de um Historiador”, in *Combates pela História*, p. 19.

2 Idem, *ibidem*, p. 24.

3 Marc Bloch, *Introdução à História*, p. 122.

4 Michel De Certeau, *A Escrita da História*, p. 46.

5 Peter Burke, *A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. Para análise deste trabalho recorremos, por vezes, ao texto inglês, de onde extraímos algumas das expressões, mantidas propositalmente no original.

diversos protagonistas da já então Nova História, prejudicando, com isso, a compreensão do movimento. Dessa maneira, o historiador inglês propõe reconstruir o percurso da corrente historiográfica francesa a partir da fundação, em 1929, de uma revista que propunha configurar um novo estilo de escrever a história. Já à partida, a diretriz da equipe que circulava em torno dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* - sob a liderança de Lucien Febvre e Marc Bloch - residia em um deslocamento do objeto investigado e das próprias estratégias agenciadas para reconstituição do mesmo. Desde o princípio, revela-se primordial a substituição das tradicionais abordagens de uma historiografia centrada sobre uma via evolutiva de um relato das elites. Os historiadores dos *Annales* fizeram a revolução ao reverter a prioridade: o enfoque centrar-se-á, com eles, no circuito das atividades, concepções, crenças, representações e práticas cotidianas de um coletivo anônimo e aparentemente banal; miudezas, enfim, que a historiografia tradicional não pretendia contemplar - nos termos de Burke, “*history from below*”. Além disso, recorrendo à interlocução com outras áreas do conhecimento, os historiadores franceses tiveram a ousadia de romper os obstáculos de uma certa tradição de paróquia. Busca-se, nessa fuga, compartimentalizar o saber, não apenas as rupturas nas fendas do tempo, mas - e talvez prioritariamente - as permanências, a resistência à mudança no plano das subjetividades, a força de inércia das estruturas mentais, apresentadas por Braudel como “prisões de longa duração”. Burke define a si próprio como “*fellow-traveller*” dos *Annales*, ou um “*outsider*” inspirado por esse movimento.

Acerca da acepção de mentalidade e de sua relevância para o pensamento historiográfico, Burke recorda um dos exemplos favoritos de Febvre:

“um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte. Em última análise, não é o ambiente físico que determina a opção coletiva, mas o homem, sua maneira de viver, seu comportamento” (6).

Haveria, assim, um imaginário coletivo que presidiria a interpretação dos contem-

porâneos acerca dos fenômenos de sua época. Recorrendo aos antecessores dessa inusitada leitura da história (Michelet, Buckhardt, Fustel de Coulanges, Karl Marx, Émile Durkheim), Peter Burke assinala, na trajetória, as características próprias do que já se convencionou denominar três gerações dos *Annales*: a era dos fundadores Febvre e Bloch, a época de Braudel e da história demográfica e, finalmente, a terceira e multifacetada geração, consolidada a partir do final dos anos 60. Em todo o texto, o autor inglês situa o contraponto do movimento, à luz de sua acolhida e das críticas que, de toda parte, lhe foram feitas. Ao sintetizar o “espírito” dos fundadores, Peter Burke recorda *Les Rois Thaumatourgues* como uma das grandes obras históricas do século. Nela Bloch teria identificado o universo simbólico do poder político em sua plenitude, no reconhecimento tácito da infalibilidade do milagre soberano. Burke explica:

“Seu tema é a crença, muito difundida na Inglaterra e na França, da Idade Média até o século XVIII, de que os reis tinham o poder de curar os doentes de escrófula, uma doença de pele conhecida como o mal dos reis, através do toque real, que se fazia acompanhar de um ritual com essa finalidade (...). Para Bloch (...) o toque real não era um desvio, mas uma estrada principal, em verdade ‘*une voie royale*’ em todos os sentidos (...). Em segundo lugar, o livro era uma contribuição ao que Bloch denominava ‘psicologia religiosa’. O núcleo central do estudo era a história dos milagres e concluía com uma discussão explícita do problema de como explicar que o povo pudesse acreditar em tais ‘ilusões coletivas’. Observou ainda que alguns doentes retornavam para serem tocados uma segunda vez, o que sugere que sabiam ter o tratamento fracassado, mas que o fato não destruía sua fé. O que criava a fé no milagre era a idéia de que deveria haver milagre” (7).

Desde o princípio pleiteando o intercâmbio intelectual, o próprio comitê editorial dos *Annales* no período da fundação corrobora a interface: além dos historiadores, um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista

6 Idem, *ibidem*, p. 26.

7 Idem, *ibidem*, pp. 28-9.

(Charles Rist), um cientista político (André Siegfried), todos citados por Peter Burke (8). Desde o princípio, a equipe dos *Annales* definia-se por um certo espírito de clivagem do território acadêmico entre os que lhe eram partidários e os oponentes desse novo olhar para o problema do homem no tempo. Peter Burke recorda que essa chave conceitual teria por suposto a adesão a algumas categorias essenciais, como é o caso da acepção de “*ouillage mental*”, tal como esta é descrita por Febvre ao sinalizar a religião de Rabelais. Pela síntese do historiador inglês:

“Bloch havia procurado explicar por que o povo continuava a acreditar no milagre do toque real, mesmo quando a cura falhava. De uma maneira semelhante, Febvre agora tentava explicar por que o povo não duvidava da existência de Deus. Argumentava que o ‘instrumental intelectual’ do período, como o denominava, não permitia a descrença. Enfocou o problema com uma verve característica, por uma espécie de via negativa, anotando a importância do que faltava ao século XVI, as palavras que faltavam, incluindo termos-chave, tais como ‘absoluto’ e ‘relativo’, ‘abstrato’ e ‘concreto’, ‘causalidade’, ‘regularidade’ e tantos outros. ‘Sem eles’, indaga enfaticamente, ‘como poderia o pensamento de alguém possuir um verdadeiro vigor filosófico, solidez e clareza?’ (9).

Tendo principiado como uma “revista de seita herética”, os *Annales*, pouco a pouco, vêm a ganhar o prestígio da intelectualidade francesa, consolidando-se no “*establishment*” (o termo é de Peter Burke) a partir da segunda geração, cujo expoente é Braudel. Discípulo dileto de Febvre, Braudel ao mestre dedicaria sua obra de doutoramento, *O Mediterrâneo* - “com o afeto de um filho”. A grande intriga que mobilizava este historiador reportava-se àquilo que um dia ele nomeou “longa duração” (10). Braudel advertia a confraria dos historiadores para o contraste entre uma história profundamente lenta, quase imóvel, com ciclos demarcados por freqüentes retornos e o caráter fugaz do acontecimento que, expressão do instantâneo, ainda que ruidoso, tende a perder-se logo a seguir.

Entretanto, expressão do único, do

irreduzível, do que não se repete, o mesmo acontecimento contribuiria, talvez, como eixo de um movimento subjacente, praticamente imperceptível para o olhar dos contemporâneos. Esse tempo curto - visualizado como a mais enganadora das durações, só poderia ganhar significado se viesse ampliado por uma perspectiva de longo curso. Tal dispositivo levaria a supor que, por detrás de cada evento tópico, existiria uma historicidade desconhecida pelos atores, porém imprescindível para descortinar o próprio ruído “*évènementiel*”. O grande desafio que Braudel colocava a si próprio - ele mesmo um dia confessou isso em entrevista concedida a Peter Burke - era o de revelar os ritmos diferentes que movem o tempo. Ater-se à história dos eventos pareceria paralisar a investigação antes mesmo de tornar inteligível o objeto. Burke retoma, à guisa de ilustração, a significativa analogia que Braudel estabelecera entre o caráter fugaz e superficial da história feita de eventos e uma certa história de vagalumes que iluminaram, certa ocasião, o céu da Bahia. Burke cita Braudel:

‘Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar, sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina’ (Braudel, 1980, p. 10). Em uma outra imagem poética, Braudel descreve os acontecimentos como ‘perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas. Devemos aprender a desconfiar deles’ (Ibid., p. 21). Para compreender a história é necessário saber mergulhar sob as ondas” (11).

Quando da morte de Febvre (1956), Braudel passaria a dirigir os *Annales* que, naquela altura, priorizavam abordagens demográficas e estudos quantitativos como ferramentas metodológicas para incidir na textura da longa duração. A tendência geral do movimento, nesse segundo período, seria o espriar de modelos quantitativos, demográficos, como eixos para pensar o tempo longo. Burke associa o surgimento da história demográfica ao fato de ter havi-

8 Em outro trabalho acerca do mesmo tema, o historiador francês Philippe Ariès relativizaria o monopólio francês do pensamento sobre essa Nova História, recordando a relevância dos trabalhos de Pirenne (Bélgica), Huizinga (Holanda) e Norbert Elias (Alemanha), como referências indelévels para ampliação do leque analítico da escrita historiográfica. Além disso, no parecer de Ariès, a perspectiva de uma história das mentalidades foi sempre tributária do reconhecimento do domínio socioeconômico, até mesmo porque a descoberta da vida cotidiana pressupõe, por princípio, uma certa atenção a cifras coletivas, como taxas de natalidade e mortalidade, preços, salários, impostos, etc. No parecer de Ariès, “a história econômica foi, desde o princípio, privilegiada porque ela era a primeira história científica coletiva. A história descontinua dos indivíduos, dos acontecimentos que eles provocavam, das instituições que eles controlavam, opõe-se uma história ao mesmo tempo coletiva e contínua, estruturada sem hiato na longa duração, aquela relacionada a uma humanidade anônima, na qual, entretanto, cada um de nós podia se reconhecer” (Philippe Ariès, “L’Histoire des Mentalités”, in Jacques Le Goff, *La Nouvelle Histoire*, p. 171).



HIPÓCRATES, O PAI GREGO DA MEDICINA

9 Peter Burke, op. cit., p. 41.

10 Ao acenar com a categoria de "longa duração", Braudel cria, ao conceituar, uma nova chave para a interpretação historiográfica: "Entre os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se como um personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito. Admiti-la no seio de nosso ofício não pode representar um simples jogo, a costumada ampliação do estudo e da curiosidade. Tampouco se trata de uma escolha, de que a história seja a única beneficiada. Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma inversão do pensamento, a uma nova concepção do social. Equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade. É lícito libertarmos, nesta fase, mas não noutra (...) do tempo exigente da história, sair-se dele para voltar a ele mais tarde, mas com outros olhos, carregados com outras inquietações, com outras perguntas. A totalidade da história pode, em todo caso, ser reposta como a partir de uma infra-estrutura em relação a estas camadas de história lenta. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade, em torno dela" (Fernand Braudel, "A Longa Duração", in *História e Ciências Sociais*, p. 17).

11 Peter Burke, *A Escola dos Annales*, pp. 47-8.

do, naqueles mesmos anos 50, a consciência da explosão populacional em todo o mundo. Essa segunda geração presencia, por outro lado, o ingresso do referencial marxista na interpretação historiográfica. Livros com gráficos e tabelas, em busca de ciclos e tendências econômicas recorreriam, na direção do trabalho de Labrousse, à instância da produção como estrutura fundante de decodificação do tempo longo. De uma certa forma, talvez como contrapeso, identifica-se nessa segunda geração um certo abandono das perspectivas de uma história centrada sobre o imaginário, sobre um universo mental coletivo, ainda que anônimo ou, por vezes, obscuro. Cabe destacar, porém, que o tratamento da economia jamais foi assumido pelos historiadores dos *Annales* como domínio exclusivo. O que ocorreu é que, nessa inflexão pós-guerra, o eixo da investigação centrar-se-ia a nível mundial sobre a dinâmica de trocas, a partir de então reestruturada. Ao discorrer acerca do tema, Philippe Ariès apresenta o tributo do passado para com o presente que, inquieto, pretendeu descortiná-lo. No relato de sua própria trajetória, o historiador francês fornece, acerca dos recursos da demografia, testemunho revelador:

“Evidentemente, desde o princípio de minha pesquisa, de forma distinta dos historiadores da economia, eu me interessei menos pela demografia propriamente dita, por seus mecanismos ou, ainda, por seus efeitos políticos e sociais, do que pelas atitudes psicológicas secretas que ela revelava a quem soubesse lersuas estatísticas. De fato eu partia dos dados demográficos, mas com a ânsia de abandoná-los, para passar - talvez precipitadamente - às realidades por eles escondidas. Sobre tais atitudes perante a vida, a idade, a doença, a morte, os homens de outrora não gostavam de comentar e, na maioria das vezes, sequer eram delas conscientes. As séries numéricas na longa duração levaram ao surgimento de modelos de comportamento anteriormente inacessíveis e clandestinos. Nessa medida as mentalidades descortinam-se ao cabo de uma análise das estatísticas demográficas” (12).

Ariès, no entanto, é expoente do período seguinte.

Nos anos 60 - constata Burke - surgiria a terceira geração dos *Annales*, época que presenciaria, em grande medida, a fragmentação do movimento. A primazia do econômico foi substituída por um retorno à narrativa, ainda que tal reconciliação com o evento significasse novas abordagens para o reconhecimento de terrenos até então silenciosos: o relato sobre a vida familiar, sobre a criança, sobre a sexualidade, sobre a cultura popular... Tal deslocamento e ampliação do universo temático significaram redescoberta dos quadros mentais: história cultural do social, estudos sobre alterações e permanências nas formas de pensar e de agir sobre a morte ou o nascimento, investigações acerca da correlação histórica entre as práticas de leitura e as mudanças sociais... Enfim, novas perguntas a exigirem dispositivos distintos de interpretação e análise. Peter Burke associa o regresso à história política por essa terceira geração como uma reação contra quaisquer formas de determinismos estruturais, seja o de Marx, seja o de Braudel. Pela ressonância do trabalho de Foucault, constata-se, ainda no parecer de Burke, uma revelação das microfísicas do poder político, como eixos condutores de trabalhos fundamentais no âmbito do que passou a ser reconhecido como “micro-história”. Tal revalorização da narrativa - caracterizada por Ariès como revanche à anterior primazia socioeconômica (13) - irá extrapolar o círculo restrito dos especialistas, ganhando nova dimensão social por ser assumida pela imprensa escrita e televisiva, o que propiciará efeitos particulares. Nas palavras de Peter Burke:

“Uma outra faceta da terceira geração dos *Annales* merece nossa atenção. O tipo de história que produzem tornou-se popular na França em sua época. *O Mediterrâneo* de Braudel e as obras de Bloch e Febvre não venderam muitos exemplares quando de sua primeira edição. *Montaillou*, por outro lado, conseguiu ir ao topo da lista de *bestseller* dos livros de não-ficção; sua venda aumentou quando o presidente Mitterrand admitiu na televisão que o estava lendo, enquanto que a aldeia foi quase soterrada sob a massa de turistas (...). Alguns membros do grupo dos *Annales* aparecem regularmente na televisão e em programas

12 Philippe Ariès, “L’Histoire des Mentalités”, p. 173.

13 Idem, *ibidem*. O referido artigo de Ariès aborda, como o texto de Burke, as três gerações dos *Annales*, em perspectiva bastante similar quanto à abordagem. Cabe lembrar que o texto de Ariès, tendo sido publicado pela primeira vez em 1978, antecede o trabalho de Peter Burke.

de rádio, chegando mesmo a produzi-los, especialmente Georges Duby e Jacques Le Goff (...). Não estou sugerindo que a mídia tenha criado a onda de interesse para esse tipo de história, embora possa tê-la encorajado. Produtores e editores devem ter imaginado que havia demanda para a história em geral e, em particular, para a história sociocultural ao estilo dos *Annales*. Essa demanda não está restrita à França. É tempo de examinar a acolhida dispensada aos historiadores dos *Annales* além das fronteiras de seu país e de sua disciplina” (14).

A expressão “Nova História” pode por si própria ser questionada enquanto “escola”, já que representa um movimento que tende ao deslocamento temático e à descontinuidade metodológica quase como princípios de construção dessa modalidade de olhar para o homem no tempo. Uma história que a princípio relegara o evento a um segundo plano, em prol da compreensão da atmosfera mental do passado; na sequência reportou-se ao econômico e aos índices demográficos como alicerces de reconstituição da memória coletiva; para retomar, finalmente, a perspectiva das mentalidades, ao assumir um novo compromisso metodológico com a dinâmica da narrativa. Contrapondo-se, desde o início, à forma “tradicional” de pensar a história, o movimento enveredou no percurso por inúmeras mediações configuradas pelas diversas vertentes que, pouco a pouco, vieram a ser desenhadas. A reflexão sobre a “Nova História” deve ainda prestar contas, como o diálogo com o marxismo, com o pensamento de Foucault e com a correlação entre a matriz francesa e outras tendências contemporâneas da historiografia mundial. Seja como for, Peter Burke concluirá afirmando que “a historiografia jamais será a mesma” (15); até mesmo por ter se aventurado a dialogar com outras áreas de conhecimento, por ter sido atrevida ao ampliar a acepção de fonte e os critérios para análise documental, criando talvez um novo paradigma para a composição da história.

III. INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E PARADIGMA

O desafio que move a intriga historiográfica reporta-se inequivocamente à dinâmica de interpretação do discurso perante sua relação com a controversa idéia de verdade. Reduzir a história à produção, cruzamentos, circularidades e disposições de discursos confundiria o objeto da reconstituição do passado com um mero exercício literário de livre criação. Não haveria, então, quaisquer critérios para aferir o rigor da operação historiográfica. Se, por outro lado, entende-se que a história continua tendo o documento como suporte de possibilidade e de limite, a baliza teórico-metodológica de acepção e análise documental varia à luz de perspectivas consoantes a dados parâmetros de investigação, a certas práticas partilhadas por equipes de pesquisadores mediante um crivo de opções intelectuais subjacentes à própria elaboração do trabalho. Cada vez mais, a historiografia recorre à idéia de *paradigma* para falar de si mesma. Ao recorrer à teoria de Thomas Kuhn - concebida, cabe lembrar, para a questão epistemológica no âmbito das ciências naturais - reconhecem já os historiadores uma intrincada rede de compromissos tácitos, de adesões a modelos teóricos, partilhados enquanto eixos diretores da investigação. No parecer de Kuhn, a relação do pesquisador com seu problema intelectual equaciona-se à luz de dadas regras interiorizadas pela comunidade científica. Quando o paradigma vigente revela-se inoperante para decifrar as questões postas pela pesquisa, está dado o pré-requisito para deflagrar uma “revolução científica”. Isso pode levar ao surgimento de padrões alternativos; em outras palavras, a emergência de um novo paradigma concorrente. Kuhn salienta, acerca da luta de representações entre paradigmas competidores, que a escolha entre esta ou aquela maneira de praticar a ciência tem por suposto um certo rito de conversão: a fé nas possibilidades daquele dado paradigma resolver problemas vindouros no âmbito da “ciência normal”. Por outro lado, paradigmas distintos utilizam quadros conceituais diferenciados, o que os torna, pela própria linguagem de que se valem, incomensuráveis e incognoscíveis entre si. Nas palavras de Thomas Kuhn, sobre a rede

14 Peter Burke, op. cit., pp. 106-7.

15 Idem, ibidem, p. 127.

de adesões metodológicas e conceituais, muitas vezes não explícitas, haveria compromissos prévios de adesão ou rejeição.

“Em um sentido que sou incapaz de explicar melhor, os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes (...). Por exercerem sua profissão em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas vêem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção. Isso não significa que possam ver o que lhes aprouver. Ambos olham para o mundo e o que olham não mudou. Mas em algumas áreas vêem coisas diferentes, que são visualizadas mantendo relações diferentes entre si. É por isso que uma lei, que para um grupo não pode nem mesmo ser demonstrada, pode, ocasionalmente, parecer intuitivamente óbvia a outro. É por isso, igualmente, que antes de poder esperar o estabelecimento de uma comunicação plena entre si, um dos grupos deve experimentar a conversão que estivemos chamando de alteração de paradigma. Precisamente por tratar-se de uma transição entre incomensuráveis, a transição entre paradigmas em competição não pode ser feita passo a passo, por imposição da lógica e de experiências neutras. Tal como a mudança da forma (Gestalt) visual, a transição deve ocorrer subitamente (embora não necessariamente num instante) ou não ocorre jamais” (16).

Sabe-se que, em ciências humanas, guardadas as especificidades, os enfoques teóricos circunscrevem-se sob alicerces análogos aos descritos por Kuhn no concernente às ciências naturais. O discurso historiográfico produz-se através de inferências que, se por um lado, remetem-se à pertinência perante o conteúdo das fontes, por outro lado, estruturam-se a partir de problemas admitidos pela comunidade acadêmica. Tudo isso leva a crer que a investigação em história ocorre por deslocamentos perante perguntas pelas quais a confraria historiográfica venha a inquirir o passado. Nessa medida, pressupõe-se a existência de paradigmas norteadores da pesquisa em história.

O discurso produzido dialoga, assim, com um conjunto de textos, estruturando, no conjunto, um universo interpretativo capaz

de colidir com outros. Na interlocução entre recortes de realidade nem sempre compatíveis, pode-se mesmo chegar a um impasse: sendo distintos os modelos interpretativos, corre-se o risco de efetuar um diálogo de surdos, onde o oponente define-se por aquilo que não é. Ao reportar-se a tal dilema, Peter Burke reconhece que o próprio movimento da Nova História une-se exclusivamente naquilo a que se opõe:

“história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn (...). Poderíamos também chamar este paradigma (tradicional) de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência - com muita frequência - considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado” (17).

Nos últimos anos, tem sido recorrente entre os historiadores a utilização do conceito de paradigma para a teoria da história, sob a alegação da possibilidade de se adequar o modelo teórico de Thomas Kuhn para o território das ciências do homem. Em seu texto “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”, Carlo Ginzburg relaciona o ofício do historiador ao diâmetro da decodificação de pistas, sintomas, indícios que remetem a minúcias elucidativas da intriga que desencadeou, a dado momento, cada pesquisa em particular. Por analogia à arte da medicina (tal como foi concebida por Hipócrates), o registro analítico permite a identificação do doente, já que a essência da doença, por definição, seria inacessível. O historiador, como o médico, interage com hipóteses em modelos sempre indiciários e conjecturais. Ao referir-se ao rigor de tal paradigma, Ginzburg reporta-se à idéia de crise, acepção esta também derivada da prática médica.

“Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou

16 Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 190.

17 Peter Burke, “Abertura: a Nova História, seu Passado e seu Futuro”, in *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, p. 10.

assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância (...). Mas vem a dúvida de que este tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana - ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos (...). Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas - no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (18).

IV. O LUGAR DE ONDE FALA “O NOVO”

A adjetivação já na nomenclatura torna-se por si um problema da dita “nova” história. Se o historiador tem por dever de profissão o pensar por séculos, caracterizar o “novo” metodológico é tarefa, no mínimo, atrevida. Por outro lado, em sua sinuosa trajetória, o movimento da História Nova contribuiu para explicitar o trabalho historiográfico como objeto construído mediante um leque de questões apresentadas ao conjunto documental, que, por meio desse filtro, será interpretado. Isso pressupõe, na interlocução do historiador com suas fontes e com outros trabalhos historiográficos acerca do tema, uma reconstituição do tema perante critérios anteriores que circunscrevem sujeito e objeto da enunciação do discurso. Na ambivalência da relação entre passado e presente, há inevitavelmente a tensão entre distância e familiaridade. Sobre a leitura de tempos que se cruzam, recorreríamos à observação de Furet, para quem

“a relação com o presente entra também na constituição da sua relação com a verdade mais ou menos de acordo com os problemas e os períodos considerados, mas sempre. Assim como a formulação

aprofundada de uma questão permite ao historiador escapar ao encerramento num período e utilizar o passado como um repositório de experiências de certa forma comparáveis, mesmo que não sejam concomitantes, assim também a explicação da sua relação com o presente é um exercício intelectual que abre a compreensão da ‘objetividade’. Esse famoso ponto de ‘de onde’ fala não cessa de ser explorado no vaivém da comparação passado-presente, contanto que o presente não seja reconstruído como o único futuro possível deste passado, mas analisado como o que se verificou ser a sua figura mais provável, independentemente das vontades ou das predições dos atores” (19).

Acerca desse contracanto entre o eco do passado e a voz do presente, Philippe Ariès destaca que foi a crise da modernidade que acentuou a grande voga da Nova História a partir do final dos anos 60. A idéia de um desacerto dos paradigmas até então aceites produziu, nesse período, o descrédito perante o progresso econômico, o fim da crença ilimitada no absoluto benefício e na irreversibilidade dessa evolução humana; em outras palavras, o declínio do sonho iluminista de aperfeiçoamento eterno pelo curso do tempo. No parecer de Ariès, foi essa leitura do mundo que propiciou novas formas teóricas de pensar a contemporaneidade de estruturas ancestrais de pensamento e de ação. Ao remeter o vínculo de sua “Nova História” à busca da apreensão do inconsciente coletivo do período pesquisado, Ariès procurará sua atmosfera mental, idéias correntes, códigos de conduta, práticas e interditos... (20). Seja como for, no parecer do historiador francês, a “*nouvelle histoire*”, em seu estado atual, tem por suposto o abandono da crença na superioridade do presente e da cultura atual sobre a época e a cultura do objeto investigado. Descobrir o passado persiste sendo, entretanto, vasculhar a diferença:

“A compreensão também é difícil entre duas culturas distanciadas pelo tempo. Ela pode nascer mediante o reconhecimento, na mentalidade estrangeira de elementos de similitude em relação à nossa, essa de hoje que é naturalmente conhecida: as permanências. Ela pode

18 Carlo Ginzburg, “Sinai: Raízes de um Paradigma Indiciário”, in *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*, pp. 178-9.

19 François Furet, *A Oficina da História*, p. 33.

20 Para Ariès - no artigo já citado “L’Histoire des Mentalités” -, haveria coletivamente uma atmosfera não consciente e percebida tacitamente como dado de natureza, abrangendo fundamentalmente “visões de mundo impostas aos contemporâneos sem que eles o saibam”. O desafio do historiador seria, sob tal dimensão, fazer emergir à consciência uma memória coletiva profunda e, na maioria das vezes, desconhecida pelos próprios atores.



O HISTORIADOR FRANCÉS MICHELET, POR THOMAS COUTURE

também nascer da constatação de diferenças irreduzíveis. A diferença torna-se, então, a condição da particularidade e da inteligibilidade da particularidade: ela separa essa cultura da nossa e lhe assegura uma originalidade. É assim, em princípio, pela relação perante nossa mentalidade contemporânea que uma cultura nos parece como outra” (21).

Até certo ponto, nessa conjunção entre duas culturas recortadas pelo tempo, recoloca-se o problema da crise dos paradigmas fundantes da nossa contemporaneidade como um indício do poder irradiador que a situação atual da Nova História tem obtido a nível mundial. De uma certa forma, este último quartel do século XX conviveu com o declínio filosófico do iluminismo acompanhado por um movimento histórico de derrocada das utopias tributárias dessa modernidade. Nesse tempo de crise, a cultura historiográfica procura ver o

passado em si mesmo, sem a obsessão de conectá-lo a qualquer mito das origens. Os mesmos documentos são hoje perscrutados por novas grelhas analíticas, tendo em vista fundamentalmente a correlação entre o *eu* e o *outro* do objeto investigado. Ao contrapor-se com a escrita tradicional, a Nova História estruturou-se como um deslocamento temático e metodológico. Todavia, como adverte Peter Burke, seria possível desde já problematizar a identidade desse recente paradigma teórico, pelo fato de haver certos obstáculos quanto à delimitação do objeto, quanto a fontes e quanto às próprias técnicas de investigação. Isso, por vezes, compromete o rigor analítico de muitos dos trabalhos que permanecem, por vezes, atados a dimensões tão específicas, que chegam até a fragmentar a leitura do próprio discurso historiográfico. Nas palavras de Burke, pode-se identificar o tom de advertência para os novos problemas de identidade da narrativa:

21 Philippe Ariès, "L'Histoire des Mentalités", p. 185.

“Embora a expansão do universo do historiador e o diálogo crescente com outras disciplinas, desde a geografia até a teoria literária, certamente devam ser bem-vindos, esses desenvolvimentos têm seu preço. A disciplina da história está atualmente mais fragmentada que nunca. Os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, e os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e dos antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro. Teremos de suportar esta situação ou há uma esperança de síntese?” (22).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o debate historiográfico na atualidade leva-nos, pelo exposto, a reconhecer que: por um lado, a história tem sido ampliada no que diz respeito ao interesse de um público mais extenso e a práticas de leitura, e portanto editoriais, de maior alcance; por outro lado, houve fragmentação temática e imersão do historiador por outras áreas, conduzindo à perda da perspectiva da longa duração e à dificuldade do próprio debate historiográfico enquanto tal. Nesse deslocamento de território, houve ganho para alguns setores que até então eram marginalizados pelo não reconhecimento de seu projeto dentre os historiadores de ofício. Situaríamos, nesse caso, o exemplo da História

da Educação enquanto linha de pesquisa que se bifurca entre a pedagogia e a história. Nos últimos vinte anos, houve a nível mundial um intenso desenvolvimento de investigações nesse campo, nomeadamente no que concerne ao estabelecimento de elos de correlação entre a criação de sistemas escolares e a edificação de projetos nacionais. Por ser assim, a perspectiva teórica e metodológica dos historiadores identificados com a Nova História veio a encorajar áreas até então desconectadas da preocupação historiográfica.

Finalmente este último decênio do século tem assistido práticas de um imaginário nacionalista extremamente pulsante, combinadas paradoxalmente a estratégias políticas de eliminação de fronteiras, como é o caso da proposta de unificação europeia. Talvez por essa razão, em países europeus a produção editorial da história nacional tem sido priorizada. Em Portugal, inúmeros projetos concorrentes de elaboração de coletâneas sobre a história cotidiana do povo português têm sido classificados, já à partida, nas listas dos *bestsellers*. A Nova História, portanto, vendeu seu projeto e foi bem-sucedida. Cabe saber até que ponto também não foram vendidos os princípios norteadores de primeira geração desse movimento que revolucionou a leitura do passado. Entre avanços e recuos, na linha do tempo da historiografia, a Nova História pode ser considerada um prelúdio de paradigma a ser ainda construído. É portanto uma história no presente do indicativo.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4ª ed. Sintra, Europa América, s/d.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa, Presença, s/d.
- BURKE, Peter. *Sociology and History*. London, George Allen/Unwin, 1980.
- (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.
- . *A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. 2ª ed. São Paulo, Unesp, 1992.
- CARR, E. H. *Que É História?* Lisboa, Gradiva, s/d.
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- DUBY, G. (e outros). *História e Nova História*. Viseu, Teorema, 1986.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2ª ed. Lisboa, Presença, s/d.
- FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du Discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa, Gradiva, s/d.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- LE GOFF, Jacques (direction). *La Nouvelle Histoire*, Paris, Editions Complexe, 1988.
- . “Memória”, in *Enciclopédia I: Memória - História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Les Aventures de la Dialectique*. Paris, Gallimard, 1955.